

2^a

Série

**MATERIAL
DIGITAL**

Cidadania: a relação política entre indivíduo e Estado

**3º bimestre
Aula 5**

**Ensino
Médio**



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Conteúdos

- A ideia de cidadania;
- A cidadania como vínculo jurídico-político entre indivíduo e comunidade política (país, Estado);
- As dimensões política, jurídica, espacial e histórica da cidadania.

Objetivos

- Compreender a concepção contemporânea de cidadania e suas dimensões – civil, política e social –, reconhecendo seu papel como vínculo jurídico e político entre o indivíduo e o Estado;
- Analisar como a cidadania organiza e sustenta as relações entre indivíduo, sociedade e Estado, garantindo direitos, deveres e formas de participação;
- Reconhecer que a cidadania é um conceito histórico e social, que varia conforme o tempo, o espaço e as transformações nas relações entre Estado e sociedade.

Relembre



Disponível em: <https://cdn.todapolitica.com/imagens/direitos-deveres-cidadao-54n.jpg>.
Acesso em: 08 abr. 2025.

O Estado é:

- uma instituição política que organiza o poder;
- a autoridade soberana sobre um território e sua população;
- estruturado em poderes que elaboram, executam e julgam leis;
- responsável por organizar decisões políticas e regular o poder.



COM SUAS PALAVRAS

De que maneira direitos e deveres expressam a relação entre o Estado e os indivíduos?



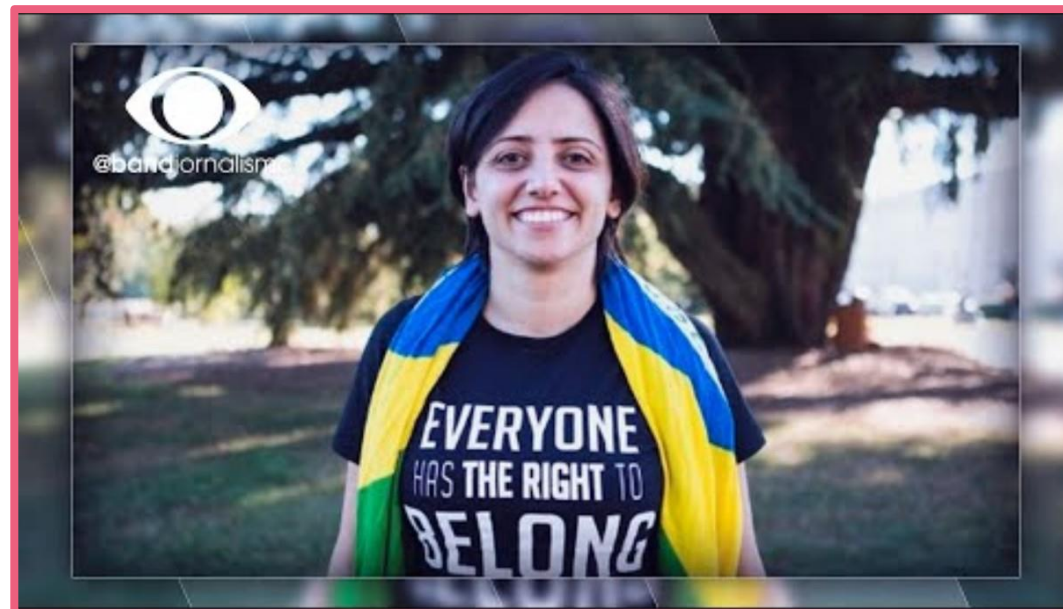
A importância do vínculo entre indivíduos e Estado

Assista ao vídeo-reportagem sobre **pessoas apátridas**. Enquanto assiste, fique atento:

- Quais são as consequências sociais, políticas e econômicas de um indivíduo não possuir nacionalidade nem reconhecimento por parte de um Estado?
- O que a condição de apátrida revela sobre a relação entre direitos e pertencimento político?



Apátridas: Brasil acolhe pessoas sem nacionalidade



O vídeo mostra que o reconhecimento pelo Estado é condição fundamental para o acesso formal a direitos, constituindo um elemento central da cidadania. Mas o que é, afinal, cidadania?

BAND JORNALISMO. Apátridas: Brasil acolhe pessoas sem nacionalidade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=POnAJfQhS1Y>. Acesso em: 20 fev. 2026.



O que é cidadania?

Assista ao vídeo destacando as **definições de cidadania e cidadão** e como a **ideia de cidadania se constitui ao longo do tempo**. Com base no vídeo, reflita:

- O que significa afirmar que a cidadania expressa o exercício da soberania popular por meio dos indivíduos dentro de um Estado?
- Quais condições garantem esse exercício?
- De que formas essa soberania pode se manifestar na prática?



O que é cidadania?



ESCOLA DA CÂMARA. O que é cidadania? Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=xFOJJ-fosys>. Acesso em: 18 fev. 2026.

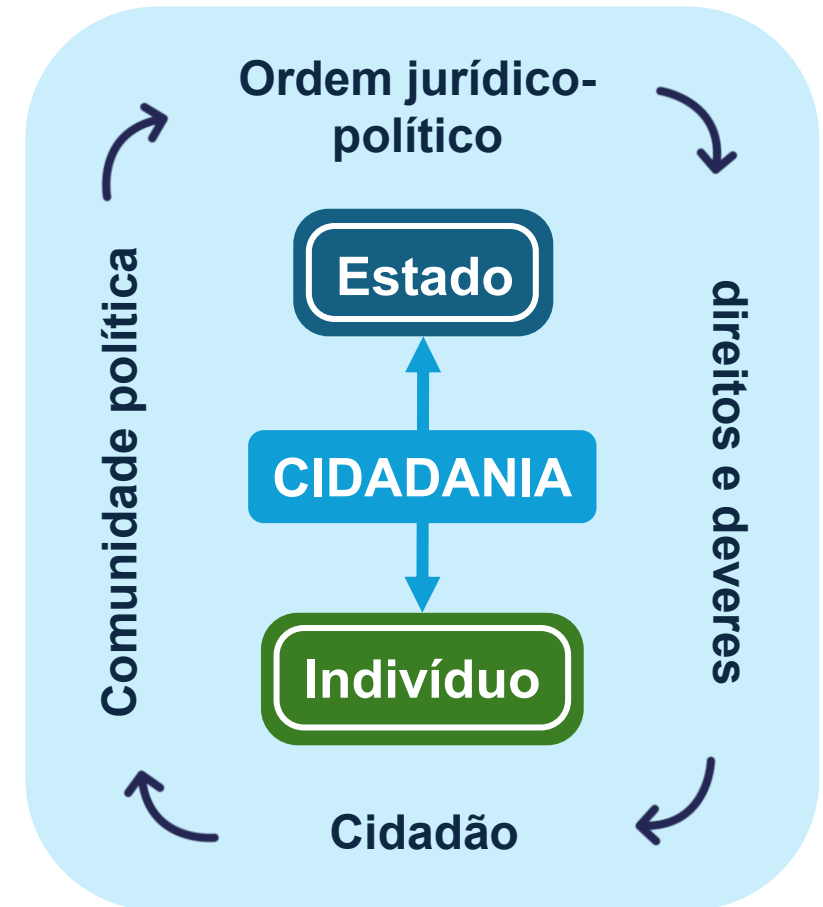


Cidadania: pertencimento, direitos e participação

É o **status jurídico-político** que vincula o indivíduo a uma comunidade política.

Implica seu **reconhecimento como membro dessa comunidade**, garantindo-lhe:

- **direitos e deveres** que asseguram condições para seu desenvolvimento pessoal e social;
- **participação** nos assuntos e decisões coletivas, contribuindo para o aperfeiçoamento da sociedade e de suas instituições.





Pause e resposta

Cidadania

Cidadania se define como:

direitos legais que não envolvem interação entre indivíduos

relação econômica baseada em direitos legais

relação política e jurídica entre indivíduo, sociedade e Estado

questão política, sem relação com a economia e a sociedade



Pause e resposta

Cidadania

Cidadania se define como:



direitos legais que não envolvem interação entre indivíduos

relação econômica baseada em direitos legais



relação política e jurídica entre indivíduo, sociedade e Estado

questão política, sem relação com a economia e a sociedade





Cidadania em perspectiva: onde, como e para quem ela vale.

Leia o excerto e discuta com seus colegas e o professor:

- Ser cidadão no Brasil significa a mesma coisa que ser cidadão na Argentina ou no Peru?
- Se cada país define quem é cidadão e quais são seus direitos e deveres, o que isso revela sobre o caráter político da cidadania?



Os direitos do cidadão e a própria ideia de cidadania **não são universais** no sentido de que eles estão fixos a uma específica e determinada ordem jurídico-política. **Daí [...] que variam os direitos e deveres dos cidadãos de um país para outro. [...] cidadania é uma ideia eminentemente política, [que depende de] decisões políticas.**

(Maria Victoria de Mesquita Benevides Soares, 1998. p. 41. Adaptado)

O caráter político, jurídico e espacial da cidadania

A cidadania não é abstrata nem universal: **ela depende de decisões políticas, de leis e de um território específico.**

Dimensão política

- Resultado de decisões políticas.
- Define quem é cidadão e quais são seus direitos.

Dimensão jurídica

- Reconhecida e garantida por leis.
- Vinculada a uma ordem jurídico-política específica.

Dimensão espacial

- Relacionada a um Estado e a um território.
- Varia de um país para outro.

Desse modo, uma pessoa brasileira pode votar e acessar direitos políticos no Brasil, mas não possui esses mesmos direitos na Argentina ou no Peru, pois a cidadania está vinculada a um Estado específico.

Cidadania como construção histórica

A cidadania também tem um **caráter histórico**.

Considere o voto: um direito e um dever fundamental nas democracias. **Será que todos sempre tiveram esse direito?**

Observe os dados: **o que eles revelam?**

País	Primeiras eleições para cargos nacionais	Direito ao voto para mulheres
EUA	1788	1920
BRASIL	1891	1932
JAPÃO	1890	1945

O que esses dados mostram?

- A cidadania não é fixa nem imutável.
- Direitos e deveres podem ser ampliados, restringidos ou transformados ao longo do tempo.
- Mudanças políticas e sociais podem redefinir quem é incluído ou excluído da cidadania.

Para refletir 

A cidadania se desenvolve ao longo da história por concessões do poder ou por meio de mobilizações e disputas políticas?



Pause e resposta

Relação entre cidadania e processos históricos e políticos

A cidadania não é fixa nem igual em todos os lugares. Isso quer dizer que a ideia e a prática da cidadania:

podem mudar com o tempo devido a decisões políticas.

definem leis e normas que não mudam ao longo do tempo.

tem valores predominantemente políticos que são imutáveis.

são iguais em todos os países, ao contrário dos cidadãos.



Pause e resposta

Relação entre cidadania e processos históricos e políticos

A cidadania não é fixa nem igual em todos os lugares. Isso quer dizer que a ideia e a prática da cidadania:



podem mudar com o tempo devido a decisões políticas.

definem leis e normas que não mudam ao longo do tempo.



tem valores predominantemente políticos que são imutáveis.

são iguais em todos os países, ao contrários dos cidadãos.





Assista ao trecho do vídeo, produzido pela UNIVESP TV, que aborda o assunto dos direitos civis, políticos e sociais.

SOCIOLOGIA SEE-SP. Caminhos da cidadania no Brasil UNIVESP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lvy6OORPehQ>. Acesso em: 20 fev. 2026.



Tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não cidadãos.

(José Murilo de Carvalho, 2010. p. 9)

O desenvolvimento da cidadania, segundo T. H. Marshall

Para o sociólogo britânico **T. H. Marshall (1893-1981)** a cidadania abrange:

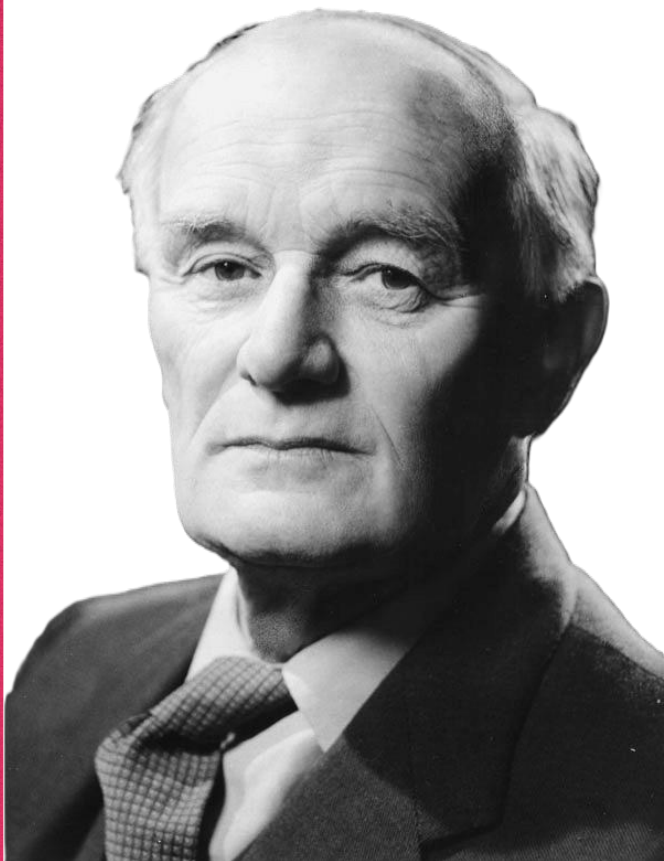
- conjunto de direitos **civis, políticos e sociais**;
- garantia de **participação plena** do indivíduo na sociedade.

Analisando a experiência **inglesa** (T. H. Marshall, 1967), constatou que a cidadania é:

- um **processo histórico e político**, impulsionado ora pelo Estado, ora pela mobilização popular;
- uma **ampliação progressiva dos direitos**, em sequência cronológica e lógica.

Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Humphrey_Marshall#/media/Ficheiro:Professor_Thomas_Humphrey_Marshall,_c1950.jpg. Acesso em: 18 fev. 2026.



O caso inglês em T. H. Marshall: expansão dos direitos

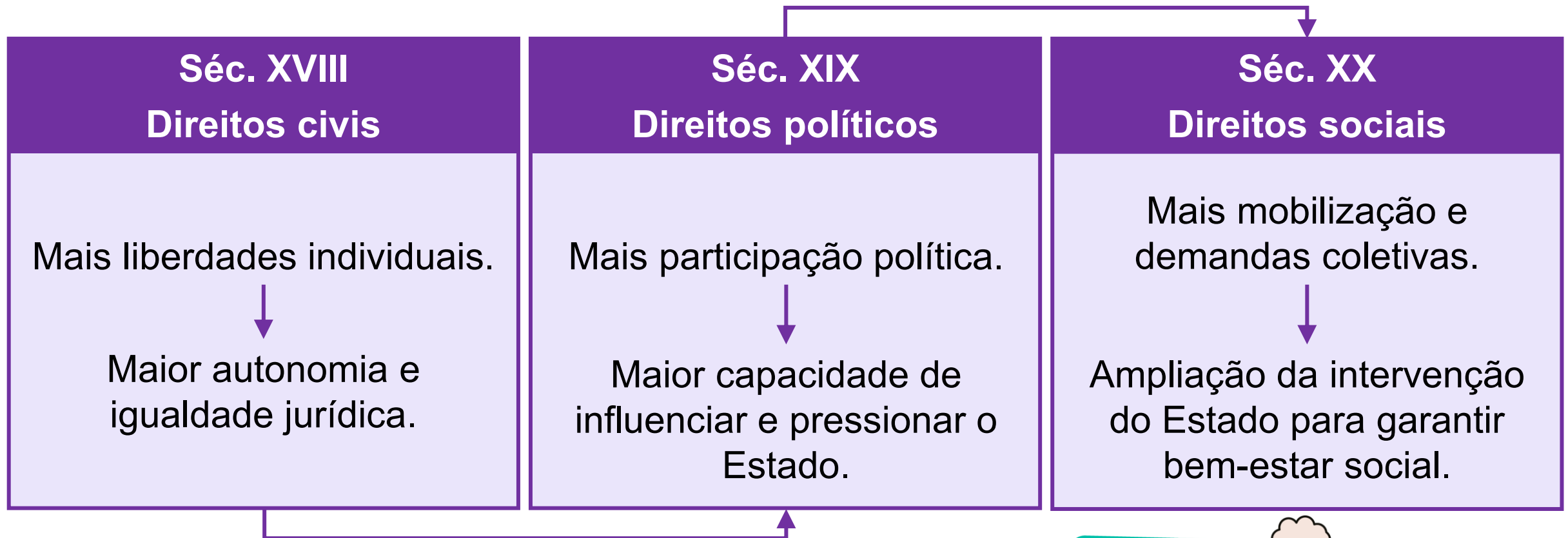
Séc. XVIII Direitos civis	Séc. XIX Direitos políticos	Séc. XX Direitos sociais
<ul style="list-style-type: none">• Liberdades individuais (ir e vir, expressão, propriedade).• Consolidação do Estado liberal.• Contexto: revoluções liberais e afirmação da burguesia.	<ul style="list-style-type: none">• Direito ao voto e à participação no governo.• Organização e mobilização da classe trabalhadora.• Contexto: ampliação do sufrágio e pressão popular.	<ul style="list-style-type: none">• Trabalho, educação, saúde, seguridade.• Intervenção do Estado para promover bem-estar.• Contexto: fortalecimento do Estado social.

A cidadania é histórica e progressiva.

Os direitos são ampliados por conflitos e mobilizações.

O Estado reconhece, garante e amplia os direitos que estruturam a cidadania.

Marshall: sequência cronológica e lógica da cidadania



Para refletir

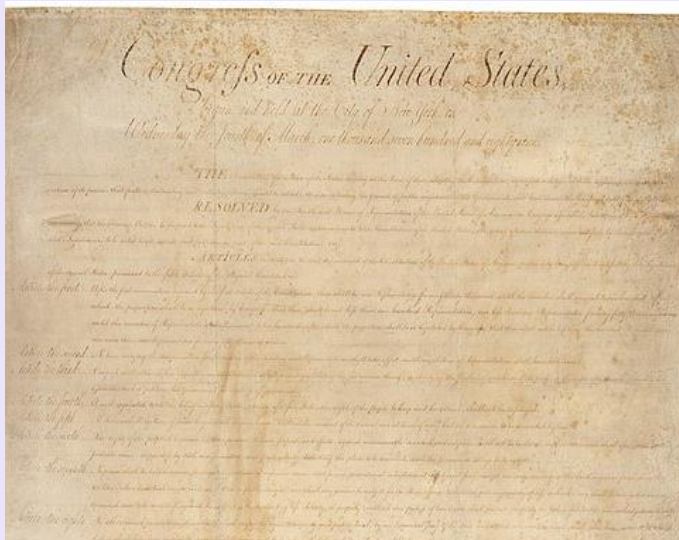


Em que medida o modelo de Marshall ajuda – ou limita – a compreensão da cidadania em diferentes contextos?

A teoria de Marshall em outros contextos

EUA (sécs. XIX-XX): leis Jim Crow (segregação racial)

Nos EUA, direitos civis e políticos estavam formalmente previstos desde a Declaração de Direitos de 1791.



Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_dos_Direitos_dos_Estados_Unidos#/media/Ficheiro:Bill_of_Rights_Pg1of1_AC.jpg. Acesso em: 02 mar. 2026.

Porém, populações negras foram privadas do direito ao voto e submetidas à segregação legalizada.



Disponível em:

<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e5/Black-and-white-white-photography-usa-america-black-1142547.jpg>. Acesso em: 02 mar. 2026.

A efetivação dos direitos aos negros só avançou nos anos 1960 com o Movimento dos Direitos Civis.



Disponível em:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7f/March_on_washington_Aug_28_1963.jpg. Acesso em: 02 mar. 2026.

A força e os limites da teoria da cidadania de T. H. Marshall

Sua força

Mostra que a cidadania:

- constitui um **processo histórico de ampliação** dos direitos civis, políticos e sociais;
- não resulta de concessões espontâneas, mas de **conflitos e mobilizações sociais**;
- é fruto de **transformações e disputas políticas** ao longo do tempo.

Seus limites

O modelo de Marshall (baseado na experiência inglesa) **não é universal**. Em outros contextos, pode haver:

- **inversões**: direitos sociais antes dos políticos;
- **cidadania desigual**: direitos diferentes para grupos distintos;
- **avanços e retrocessos**: direitos ampliados, restringidos ou suspensos ao longo do tempo.



Cidadania, participação e inclusão

Leia o excerto e discuta com seus colegas e o professor:

- Se a cidadania garante participação na vida e no governo de um povo, o que acontece com os indivíduos ou grupos que são excluídos desse reconhecimento?
- A exclusão da cidadania é apenas jurídica ou também produz desigualdades sociais e políticas concretas? De que forma?



A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à **pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo**. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.

(Dalmo de Abreu Dallari, 1998. p. 14)



Cidadania: a relação política entre indivíduo e Estado

De acordo com o que estudamos hoje, discutam:

- O que significa dizer que cidadania é um vínculo jurídico-político do indivíduo com a sociedade e o Estado?
- O que essa condição implica?
- O que pode acontecer com a cidadania ao longo do tempo?

Cidadania: a relação política entre indivíduo e Estado

Nesta aula, vimos que cidadania é uma relação política entre o indivíduo e o Estado, baseada no reconhecimento jurídico e no pertencimento a uma comunidade política.



Principais ideias da aula de hoje!

1

Cidadania é vínculo jurídico-político entre indivíduo e Estado (pertencimento e reconhecimento).

2

A cidadania envolve **direitos e deveres** e também **participação nos assuntos coletivos**.

3

A cidadania é **histórica e espacial**: muda ao longo do tempo e não é igual em todos os países.

4

Direitos são fruto de lutas sociais e podem passar por avanços e retrocessos.

Referências

- CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- COSTA, M. I. S.; IANNI, A. M. Z. O conceito de cidadania. In: COSTA, M. I. S.; IANNI, A. M. Z. **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica**. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2018. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/sysng/pdf/costa-9788568576953-03.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2025.
- DALLARI, D. de A. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- SAES, D. A. M. de. **Cidadania e classes sociais: teoria e história**. São Bernardo do Campo: Metodista, 2016.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Currículo Paulista: etapa Ensino Médio**, 2020. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2023/02/CURR%C3%8DCULO-PAULISTA-etapa-Ensino-M%C3%A9dio_ISBN.pdf. Acesso em: 08 abr. 2025.
- SOARES, M. V. de M. B. Cidadania e direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, n. 104, 1998. p. 39-46. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/715>. Acesso em: 08 abr. 2025.

Para professores

Slide 2

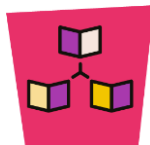


Habilidade:(EM13CHS603) Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).

Slide 3



Tempo: 5 minutos.



Dinâmica de condução: professor(a), a proposta inicial da aula é reativar saberes da aula anterior (Estado como instituição política). Para isso, organize a turma em duplas, projete o slide e marque o tempo total (5 min.) para responderem às provocações, sinalizando o momento de fechamento (aviso quando faltarem 2 minutos).

Oriente que as duplas façam uma leitura da legenda/notícia e respondam às três perguntas em tópico. Em cada resposta, os estudantes devem incluir ao menos uma evidência retirada do material (por exemplo: órgão do Estado, documento, decisão, efeito). Durante a conversa, circule e escute como os estudantes estão nomeando a “presença do Estado” e qualifique as respostas com perguntas de precisão (busca de pistas no texto/imagem, identificação de mecanismos estatais e explicitação de consequências práticas).

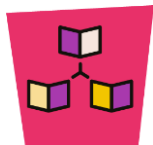
No fechamento, conduza uma partilha-relâmpago com até duas duplas (até 30 segundos cada), priorizando a terceira problematização do slide (mudanças concretas na vida das irmãs).

Encerre retomando a ideia do destaque: o Estado organiza a vida política da sociedade ao definir regras, tomar decisões e reconhecer (ou negar) direitos, preparando o avanço para o conceito de cidadania como vínculo jurídico-político.

Slide 4



Tempo: 5 minutos.



Dinâmica de condução: professor(a), o slide 4 marca a passagem do Estado (aula anterior) para cidadania como vínculo entre indivíduo e Estado. Antes de iniciar o vídeo, combine um modo de registro: anotações em tópicos no caderno, com:

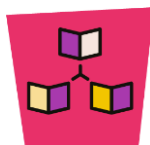
- uma frase que sintetize o significado de “ser apátrida”;
- dois direitos que se tornam mais difíceis de acessar sem reconhecimento por um Estado.

Oriente que não é produção de texto, e sim captura de ideias-chave do vídeo.

Durante a exibição, sustente a atenção e oriente o olhar para o vínculo jurídico. Circule rapidamente, observe quem está disperso e, se necessário, realize uma pausa breve em trecho-chave para reforçar o foco (direito mencionado e obstáculo associado). Ao final, solicite devolutivas de 2 ou 3 estudantes (20-30 segundos): uma definição de apatridia em uma frase e um direito citado como bloqueado/dificultado.



Tempo: 15 minutos.



Dinâmica de condução: professor(a), neste primeiro bloco da seção “Foco no conteúdo”, ajude o estudante a construir o conceito de cidadania a partir da problematização inicial da seção “Para começar” (a ausência/limite da cidadania) e, em seguida, a consolidar a ideia de cidadania como vínculo jurídico-político entre indivíduo e Estado. A meta é que a turma compreenda, com rigor, que cidadania depende de reconhecimento institucional, se materializa em direitos e deveres e se fortalece por participação.

Articulação com a problematização inicial. Use a problematização da seção “Para começar” como “chave de leitura” para todo o bloco, ela mostra que, quando não há reconhecimento por nenhum Estado, o acesso a direitos e serviços se torna incerto, frágil ou impossível. A partir disso, oriente os estudantes a estabelecer relações com experiências próximas (documentação, acesso a serviços, escola, saúde, transporte, programas públicos, trabalho, alistamento, voto etc.). A intencionalidade é transformar a experiência cotidiana em objeto de análise, de modo que o estudante mobilize situações reais para entender conceitos.

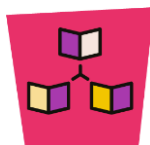
Trate as **imagens, notícias e vídeos** como fontes (e não ilustrações) para leitura do mundo social. Sempre que trabalhar com vídeo/imagem, reforce que a leitura deve produzir evidência: a resposta precisa apontar “qual pista” (fala, cena, informação, dado) sustenta a interpretação. Isso eleva o rigor e evita conclusões soltas.

Durante o bloco, mantenha como eixo: **cidadania é um status reconhecido numa ordem jurídico-política**. Isso significa destacar que é o Estado (por meio de leis e instituições) que reconhece, registra e garante direitos; sem esse reconhecimento, direitos podem ficar inacessíveis na prática. É importante que os estudantes compreendam que participação social importa, mas não substitui o mínimo jurídico (documentação, registro, pertencimento legal). Essa ênfase ajuda a turma a compreender cidadania como relação política e institucional.





Tempo: 15 minutos.



Dinâmica de condução: professor(a), ao longo do bloco, quando fizer conexões com o Brasil, esclareça que a cidadania brasileira se organiza principalmente pela Constituição Federal, que define direitos e garantias e estrutura o Estado.

A condição de cidadão se torna operável por documentos e registros (identificação civil, cadastro, título de eleitor), que abrem portas para serviços e políticas. No Brasil, como em qualquer país, há diferença entre direitos previstos e direitos efetivamente acessados (o que prepara a passagem para debates sobre cidadania formal e real). A cidadania também se exerce por participação: voto, organização coletiva, controle social, reivindicações, debate público – sempre dentro de regras e instituições.

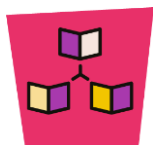
Ao abordar a perspectiva sociológica, oriente que cidadania é um fenômeno dinâmico, que muda ao longo do tempo e varia conforme o lugar/Estado/território). Que também é relacional (indivíduo–Estado–sociedade) e politicamente definido (depende de decisões e disputas).

Quanto à participação dos estudantes, oriente que qualquer fala siga este movimento: situação (exemplo) → conceito (o que isso mostra sobre cidadania) → evidência (qual dado/trecho/imagem sustenta). Isso impede que o bloco vire debate de opiniões e cria hábito de pensamento sociológico.





Tempo: 15 minutos.



Dinâmica de condução: professor(a), use as provocações da seção “Para refletir”, presente nos slides, como ferramenta de raciocínio. A condução dessas reflexões pode seguir três momentos:

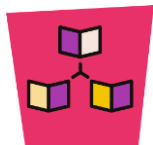
- Posição provisória: estudantes escolhem um lado (“sim/não/depende”) ou uma hipótese inicial.
- Justificativa com evidência: precisam apoiar a posição com algo visto no vídeo/imagem/texto/conceito.
- Revisão: após ouvir outras justificativas, ajustam a resposta (confirmam, refinam ou mudam).

Atue como mediador: peça definição de termos; exija conexão com o conteúdo; evite generalizações (“sempre”, “nunca”, “todo mundo”). O foco é que as provocações funcionem como ponte entre experiência e teoria.

Ao final do bloco, espera-se que a turma consiga formular uma síntese consistente: cidadania é o vínculo jurídico-político que reconhece o indivíduo como membro de uma comunidade política, permitindo acesso a direitos e deveres e abrindo possibilidades de participação e, para a Sociologia, isso varia e se transforma conforme decisões, contextos e disputas.



Tempo: 20 minutos.

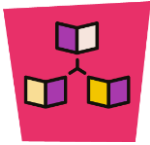


Dinâmica de condução: professor(a), neste segundo bloco, a condução deve deslocar a turma do “o que é cidadania” para “como a cidadania funciona hoje”. A intenção é mostrar que cidadania é um fenômeno histórico e político, atravessado por disputas, decisões do Estado e diferentes graus de acesso a direitos. Trabalhe a cidadania como expressão de democracia (participação, inclusão, direitos, conflitos e institucionalidade) e utilize T.H. Marshall como referência explicativa, ao mesmo tempo em que apresenta críticas sociológicas para evitar uma leitura linear e universalizante.

É importante sustentar a ideia de que, nas democracias contemporâneas, cidadania não se resume ao voto. Ela envolve: regras e instituições (ordem jurídico-política que define quem tem direitos e como exercê-los); participação e conflito (interesses em disputa, pressões sociais, mobilização); igualdade e desigualdade de acesso (o direito “existe”, mas pode não chegar do mesmo modo a todos); proteção de direitos e riscos de perda (direitos podem ser ampliados, restritos ou enfraquecidos). A condução deve evitar “democracia ideal” e favorecer “democracia em funcionamento”: com tensões, contradições e negociações.



Tempo: 20 minutos.



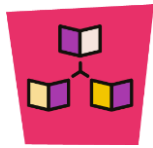
Dinâmica de condução: professor(a), apresente Marshall como uma chave de leitura para entender a cidadania como construção histórica por camadas de direitos (civis, políticos e sociais). O modelo ajuda a organizar o pensamento do estudante sobre a ampliação histórica da cidadania e suas dimensões. Mas é preciso explicitar que esse modelo descreve uma trajetória específica (experiência britânica/europeia) e é um recurso analítico, não uma lei geral da história.

Trabalhe as críticas ao modelo de Marshall mantendo uma ideia central: os caminhos de cidadania variam e podem ter inversões, desigualdades e retrocessos. Organize esse debate crítico em três eixos:

- eurocentrismo/particularismo. O modelo se apoia numa experiência europeia e não explica bem trajetórias marcadas por colonialismo, exclusões estruturais e rupturas institucionais;
- linearidade incorreta. Não há ordem natural de direitos. Em diferentes países e momentos, direitos aparecem em sequências diversas e podem ser incompletos;
- cidadania desigual e sujeitos excluídos. Mesmo quando certos direitos são afirmados formalmente, eles podem ter sido pensados para um “cidadão padrão” (muitas vezes masculino, branco, proprietário), excluindo mulheres, trabalhadores pobres, negros, povos colonizados etc. Esse ponto é essencial para conectar cidadania e democracia: quem entra no “nós” político e quem fica fora?



Tempo: 5 minutos.



Dinâmica de condução: professor(a), nesta etapa, a intenção é trazer a cidadania para um fenômeno contemporâneo, apoiando o estudante no reconhecimento da cidadania como relação de poder e de como o Estado transforma disputas sociais em normas (regras de acesso a direitos).

O debate sobre cotas se apresenta como exemplo da ideia de que direitos e cidadania não são naturais nem neutros, são historicamente disputados e politicamente regulados. Retome a referência teórica antes do exemplo e das perguntas, reforce que cidadania é um vínculo jurídico-político (reconhecimento, acesso a direitos, deveres, participação). Em seguida, oriente os estudantes sobre o foco da atividade: observar como esse vínculo é organizado por decisões do Estado em meio a conflitos sociais.

Apresente o infográfico como fonte de leitura sociológica. Oriente os estudantes a identificar: quem são os grupos nomeados/beneficiados; qual direito está em jogo (acesso a vagas/educação superior) e como ele é regulado; quais critérios aparecem (escola pública, renda, pertencimento racial, deficiência etc.). Isso ajuda a evitar respostas genéricas e sustenta a análise em dados do slide.

Oriente que “Todo mundo escreve” para aumentar foco e qualidade, proponha escrita rápida e objetiva com um formato simples: atores em disputa: quais grupos aparecem e que interesses defendem; argumentos em disputa: quais ideias de justiça/igualdade/necessidade/mérito/reparação podem estar em jogo; papel do Estado: como a lei funciona como mediação (definindo critérios, reconhecendo prioridades, delimitando direitos).



Professor(a), faça uma coleta breve de 2-3 respostas para mostrar padrão de qualidade: uma que identifique bem grupos e interesses, outra que explicita argumentos de legitimidade, e, se possível, uma que destaque como o Estado transforma disputa em regra. Finalize consolidando: cidadania é conquista histórica e campo de conflito, e pode ser ampliada ou restringida por decisões e implementação.

Erros comuns (e como prevenir):

- Moralização (“certo/errado”) sem análise: reorientar para “quais interesses”, “quais critérios”, “quais efeitos”.
- Generalização vazia (“é injusto/é justo”): exigir ao menos um dado do infográfico como evidência.
- Redução da cidadania à participação: retomar a base jurídico-política (o direito existe/vale para quem/como).
- Polarização: manter o foco na pergunta sociológica (“o que revela sobre cidadania?”), não em “vencer” a discussão.



Tempo: 5 minutos.



Dinâmica de condução: professor(a), na seção “Encerramento”, a função do slide é evidenciar a ideia central da aula (cidadania como relação político-jurídica entre indivíduo e Estado) com uma síntese crítica: a distância entre cidadania formal (direitos reconhecidos em leis) e cidadania real (direitos efetivamente vividos). A charge é um recurso de leitura social potente porque mostra, de forma irônica, que o direito pode existir na Constituição e, ainda assim, não se concretizar na vida de todos, o que recoloca o papel do Estado, das políticas públicas e das desigualdades de acesso no centro da discussão.

Conduza o encerramento como uma síntese participativa com escrita curta (“com suas palavras”), para que o estudante não apenas “converse”, mas registre o que aprendeu. Organize a turma em duplas ou trios para uma conversa rápida (1-2 minutos) e, em seguida, peça que cada estudante escreva uma resposta breve (3-5 linhas) no caderno. A escrita deve recuperar três pontos essenciais:

- cidadania como vínculo jurídico-político (reconhecimento, pertencimento a uma ordem jurídico-política);
- cidadania como acesso a direitos e deveres (e seus efeitos concretos);
- cidadania como processo histórico e disputado, sujeito a avanços e retrocessos.

Para manter o rigor, oriente para que os estudantes usem ao menos dois termos-chave trabalhados ao longo da aula (ex.: Estado, leis, reconhecimento, direitos/deveres, participação, desigualdade, conflito, mobilização, contexto histórico) e uma evidência do slide (um elemento da charge ou da explicação sobre formal x real). Isso evita respostas genéricas e mantém o fechamento alinhado à abordagem sociológica: a cidadania é mediada por instituições, disputas e condições desiguais de acesso.



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**